Boletim nº 20

UM ESPELHO DISTORCIDO

Desigualdades, políticas culturais e acesso à produção cultural no Brasil

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

FJP

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Luciana Lopes Nominato Braga | Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi | Vice-Presidente

Kamila Pagel de Oliveira | Diretora da Escola de Governo

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

Bruno Lazzarotti Diniz Costa | Coordenador

Matheus Arcelo Fernandes Silva | Sub-coordenador

Alexandre Henrique Martins da Fonseca | Bolsista de pesquisa

Ariel Morelo Vianna | Bolsista de pesquisa

Alessandra Von Dollinger Kadar | Extensionista

Beatriz Ribeiro Acácio | Estagiária

ELABORAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Alexandre Henrique Martins da Fonseca, Ariel Morelo Vianna e Clarice Miranda do Amaral sob orientação de Bruno Lazzarotti Diniz Costa e Matheus Arcelo Fernandes Silva.

O Observatório das Desigualdades é um projeto de extensão do curso de Administração Pública, que busca contribuir com o debate sobre as diferentes faces da desigualdade social, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema. As opiniões expressas neste boletim não representam necessariamente o posicionamento da Fundação João Pinheiro.

Sumário

1. Introdução 2
2. Cultura e desigualdades 4
3. Cidadania cultural: o direito à cultura 9
4. Culturas juvenis e educação: a cultura na construção da identidade 17
5. Arte, trabalho e autonomia: a cultura como profissão 25
6. Considerações finais 28
7. Referências bibliográficas 29

1. Introdução

Em Um espelho distorcido: desigualdade, políticas culturais e acesso à produção cultural no Brasil, o Observatório das Desigualdades tomou para si a tarefa de reunir alguns aspectos da desigualdade de acesso à produção cultural no país. Passando pela definição de cultura segundo a literatura e os diversos sentidos que o conceito pode assumir, o nosso primeiro boletim aborda este vasto tema versa sobre as leis de incentivo à produção cultural e sua distribuição desigual aos municípios e aos estratos de renda da população. O presente boletim, todavia, integra o projeto Juventudes e Desigualdades em Minas Gerais, que tem como objetivo analisar de que maneiras as desigualdades afetam as juventudes mineiras. O projeto é dividido em cinco eixos, a saber: educação, identidade e cultura, violência e segurança pública, gênero, sexualidade e diversidade e trabalho. Para o segundo eixo deste projeto, aqui propomos uma discussão entre identidades e culturas juvenis e como essas questões interagem com o cenário de desigualdades vivido pelas juventudes no estado. Essa discussão estrutura-se ao longo do texto em quatro momentos.

A seguir, você encontrará uma breve exposição da relação entre cultura e desigualdades sociais a partir de autores clássicos das ciências sociais. Em segundo lugar, são apresentadas algumas considerações sobre o sentido político da cultura e a análise de dados disponíveis para o Brasil e Minas Gerais sobre gestão e alocação de recursos públicos destinados à cultura, bem como uma análise sobre as desigualdades que influenciam o acesso aos equipamentos culturais. Em seguida, discutimos o papel da cultura na construção de identidades juvenis, além de apresentar alguns dados que vão ao encontro da noção de cidadania cultural apresentada anteriormente, sempre enfocando as juventudes do estado e como a falta do acesso à cultura representa um empecilho para o desenvolvimento das juventudes. Ainda nesse tópico, propomos um diálogo entre cultura e educação através das experiências de formação de jovens nos Pontos de Cultura, que integram o projeto Cultura Viva. Por último, voltamo-nos para a questão dos jovens

trabalhadores da cultura e elencamos as iniciativas e as desigualdades que perpassam esse contexto.

Em suma, o Boletim pretende demonstrar que a cultura e as políticas públicas culturais são elementos importantes para a promoção da autonomia, do lazer e da preservação da subjetividade das juventudes. Entretanto, a falta de acesso a determinados instrumentos culturais por parte dessa faixa-etária transforma a produção e fruição cultural, em muitos casos, em um *locus* de poder. Assim, é fundamental analisar tal problemática com o intuito de ampliar o acesso à cultura, assim como sua produção, para toda a sociedade, buscando criar mecanismos e destrinchar realidades para que ela se torne um instrumento de transformação, e não de opressão.

2. Cultura e desigualdades

Para retomar a discussão já estabelecida e introduzir este novo boletim, voltemos ao conceito de cultura e como ele se relaciona com o tema das desigualdades. Em primeiro lugar, destacamos a importância do conceito para os estudos relacionados às ciências sociais, pois, de maneira simplificada, ele define um conjunto de padrões de comportamento, crenças, valores, normas e símbolos compartilhados por um grupo de pessoas - uma sociedade. O conceito é tema de imensa discussão na literatura, portanto não é nosso objetivo esgotar os seus possíveis significados, mas apresentar as referências que orientam nosso debate aqui. Clifford Geertz, autor com grande relevância para a antropologia, define a cultura como um sistema simbólico compartilhado pelos membros de determinada sociedade. Segundo ele, a cultura é composta por padrões de significado que são transmitidos a cada geração. Para o autor, a cultura é o meio pelo qual os atores sociais se comunicam, desenvolvem os seus conhecimentos e dão sentido à vida. Geertz defende que a cultura é essencial para a compreensão da vida social e que ela influencia todas as áreas da existência humana, desde a linguagem até as posições hierárquicas dentro de uma estrutura social. Essa dada estrutura pode tanto determinar aspectos da desigualdade social, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros, quanto influenciar a distribuição de recursos e oportunidades. O racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia, por exemplo, são crenças culturais enraizadas ao longo de nossa formação enquanto sociedade que influenciam a maneira como percebemos uns aos outros. Ou seja, muitas vezes valores, padrões, símbolos e crenças culturais expressam relações de poder ou opressão e também de resistência a elas. Isso não significa, no entanto, que os valores e normas culturais são imutáveis. Pelo contrário, eles estão em constante transformação na medida em que as pessoas interpretam, reproduzem, mas também criticam e são capazes de transformar seus significados. Por isso é fundamental proporcionar a todos o acesso à produção cultural e aos meios de produção cultural. Os seres humanos são seres

simbólicos e têm fome de pão, mas também de sonho e beleza. Que os sonhos e a imaginação de todos os grupos sociais possam se manifestar e ser compartilhados é parte central da luta contra a opressão e da construção da crítica e da esperança.

O sentido político da cultura está presente em muitos dos nossos dispositivos legais, garantindo a livre manifestação artística e cultural e proibindo a censura. A compreensão da cultura enquanto um direito político refere-se à ideia de que os cidadãos têm o direito de expressar, preservar e promover sua cultura. Ou seja, as pessoas devem ter liberdade para praticar suas tradições culturais, falar sua língua nativa, celebrar suas festividades e preservar suas identidades culturais sem sofrerem quaisquer tipos de discriminação, cabendo ao Estado proteger esses direitos. Isso implica reconhecer que diferentes grupos étnicos, religiosos, linguísticos e culturais têm o direito de existir e de serem respeitados em uma sociedade democrática e, mais do que isso, que esta diversidade deve ser vista como uma riqueza e não fraqueza de um país.

Com isso, embora a definição de cultura seja ampla e abranja diversos significados, a compreensão que orienta essa pesquisa é aquela utilizada para a formulação de políticas públicas. A nossa Constituição Federal estabelece que

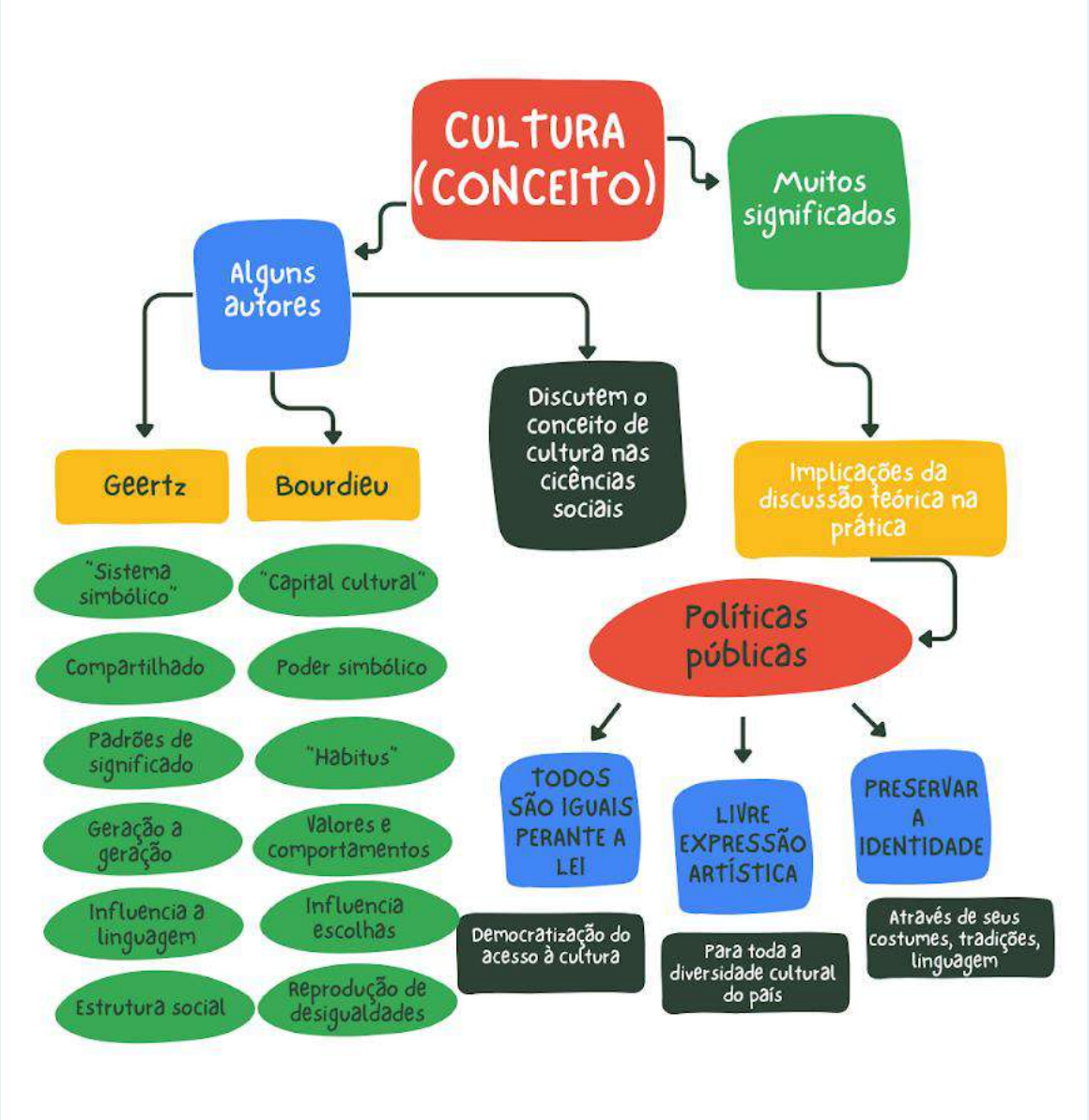
> todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...]. (BRASIL, 1988)

Em Cidadania Cultural, Marilena Chauí (2006) defende que a cultura, trabalho que se debruça sobre a reflexão e a memória, contém em si a capacidade de transformar realidades. Nesse sentido, cabe reiterar o poder da cultura enquanto ferramenta de combate às desigualdades e, por isso mesmo, a necessidade de fornecer acesso igualitário aos seus meios de criação e difusão. Na mesma obra, a autora descreve as quatro dimensões do direito à cultura, descritas a seguir: 1- O

direito à fruição cultural se refere ao acesso a bens culturais e à liberdade de expressão cultural. 2- O direito à produção cultural, por sua vez, contempla o acesso aos meios e recursos para produção e reprodução cultural. 3- A participação relaciona-se com o direito de tomar parte nas decisões referentes à ação cultural e à gestão da cultura, bem como a participação da vida cultural da comunidade. 4- A informação, por fim, é a dimensão que abrange o direito à divulgação e ao acesso à informação sobre os serviços culturais, atuando no processo de difusão da cultura. As quatro dimensões citadas refletem a complexidade da análise de desigualdades de acesso à cultura enquanto direito, pois existem muitas possibilidades para enfoque do tema.

Sob essa ótica, pode-se afirmar que as manifestações culturais podem ser tanto um instrumento poderoso de afirmação de uma comunidade, quanto um mecanismo de dominação simbólico de alguns indivíduos sobre outros. Nesse sentido, Pierre Bourdieu, sociólogo francês, descreve a relação entre cultura e desigualdades sociais através do conceito de capital cultural. Segundo Bourdieu, a cultura pode ser vista como uma forma de poder simbólico transmitida através da educação, das práticas culturais e do acesso a certos bens culturais, e é usada para perpetuar as hierarquias sociais existentes. Nesse sistema, aqueles que detêm mais capital cultural pertencem às classes dominantes, e eles expressam essa dominação através do *habitus*, ou seja, da manifestação cotidiana de valores e comportamentos adquiridos no seu processo de socialização. O autor define o *habitus* como um conjunto de disposições incorporadas que moldam nossas percepções, comportamentos e escolhas. Por outro lado, aqueles que não acessam esses dispositivos são marginalizados, limitando suas oportunidades de ascensão social. Bourdieu também enfatiza a importância das instituições culturais, como escolas e museus, na reprodução das desigualdades sociais, pois elas tendem a valorizar e reforçar certas expressões da cultura em detrimento de outras. Para exemplificar o fenômeno descrito por Bourdieu, basta observar quais os comportamentos valorizados pelos professores em uma escola - os estudantes que, em seu contexto

social, têm acesso ao *habitus* das classes dominantes através dos padrões de consumo, gosto literário e musical e formas de se vestir são tidos como cultos, enquanto aqueles que reproduzem o *habitus* de contextos sociais menos privilegiados são estigmatizados.



Diante disso, faz-se extremamente necessário analisar a hierarquização que determinadas manifestações artísticas ganham em nossa sociedade, bem como as desigualdades no acesso aos equipamentos culturais no Brasil e em Minas Gerais. Com isso, é fundamental investigar quais representações são marginalizadas e quais grupos têm seus direitos negados no campo cultural,

dado que essa desigualdade reforça disparidades econômicas e regionais já existentes. Nesse sentido, a falta de acesso a esses mecanismos faz com que a cultura permaneça como um *locus* de poder, como afirma Bourdieu. Com isso, crenças e preconceitos que poderiam ser transformadas, continuam a rondar o imaginário social, uma vez que as produções culturais são majoritariamente realizadas e acessadas por grupos abastados. Sendo assim, a cultura, muitas vezes, continua a refletir e perpetuar relações de poder e opressão, ao invés de fomentar a representatividade e promover o pensamento crítico.

3. Cidadania cultural: o direito à cultura

Neste tópico aprofundaremos um pouco mais o conceito de cultura em sua relação com o Estado e também vamos expor outras dimensões que devem ser levadas em consideração para formulação de políticas públicas voltadas para as juventudes. Para isso, é necessário nos debruçarmos sobre alguns dados de acesso à cultura no Brasil e em Minas Gerais. Sob essa ótica, comecemos por alguns princípios abordados pela literatura que orientam a política cultural brasileira. De acordo com o Dicionário crítico de política cultural e imaginário, a política cultural é definida como um

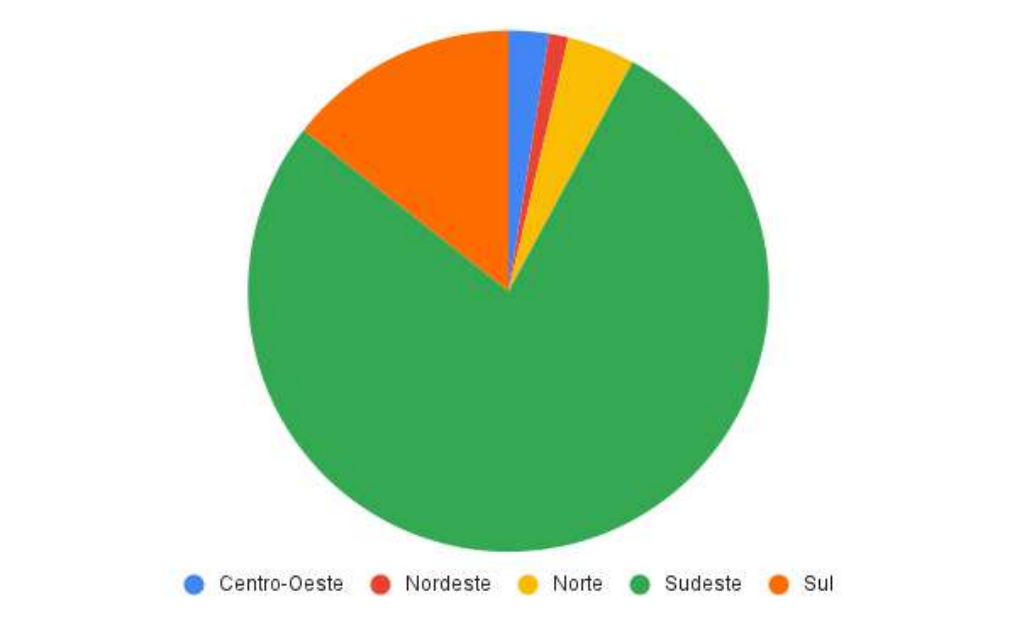
> Programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 293)

Segundo o autor, é papel do Estado estimular e promover a criação cultural segundo a necessidade do povo, que deve ter assegurado o seu direito de participação na formulação das políticas públicas a ele destinadas, a fim de contemplar a diversidade de expressões culturais. As juventudes, nesse contexto, constituem sujeitos políticos com necessidades específicas, cabendo ao poder público incluí-las em programas de fomento à cultura. Outro aspecto da política cultural que visa democratizar o acesso aos bens culturais é a descentralização de suas ações, possibilitando assim atingir diferentes regiões e contextos político-culturais.

Com o objetivo de descentralizar e promover a regionalização das ações da Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais (SEC-MG), o governo estadual lançou

em 2013 o programa Minas Território da Cultura (PMTC), que procura democratizar os bens e serviços culturais através da desconcentração de recursos, capacitando gestores municipais para execução de projetos coordenados pela SEC-MG e levando desenvolvimento socioeconômico para as regiões do estado. Com isso, a política, que ocorreu entre 2013 e 2014, estabeleceu e em seu desenho ações nas 10 macrorregiões do Estado de Minas através da interseccionalidade com os órgãos municipais e a sociedade civil. Com isso, o governo de Minas Gerais, ao longo dos últimos dez anos, deu continuidade à iniciativa de descentralização dos pontos de cultura, como pode ser observado no relatório Mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais (2019 - 2021). Mais adiante voltaremos à questão da gestão cultural nos municípios mineiros e o estudo produzido pelo governo.

Gráfico 1 - Distribuição de valor captado para aplicação em projetos culturais por grande região (%), 2020



Fonte: Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Cultura, Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - SalicNet

No plano nacional, o princípio de descentralização encontra dificuldades para sua efetivação, especialmente no que tange a alocação de recursos para desenvolvimento de atividades culturais. Dados de 2020, publicados pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para uma disparidade significativa entre as regiões brasileiras em relação à captação de recursos para aplicação em projetos culturais, conforme demonstrado no gráfico 1.

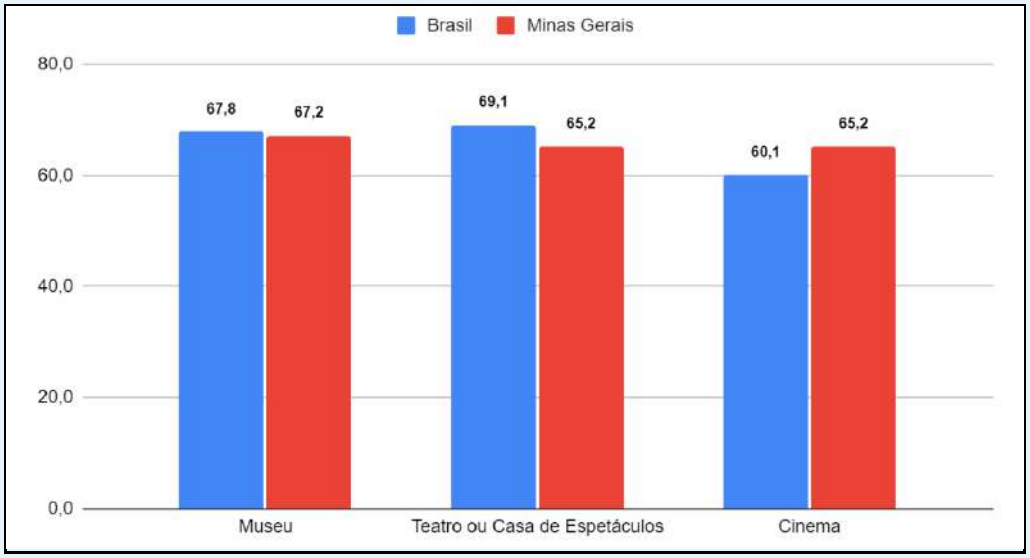
Diante disso, apesar da grande diversidade de manifestações culturais presentes em todo o território brasileiro, os recursos se concentram em sua imensa maioria na região sudeste. De 2011 a 2018, segundo o IBGE, o total captado pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) no país diminuiu em 2,3%. Apesar da vantagem do sudeste em relação às demais regiões, o número de projetos aprovados para a Lei Rouanet na região era de 65,4% do total em 2011 e diminuiu para 57,3% em 2018. Neste mesmo período, o total dos gastos públicos no setor cultural aumentou de R$7,1 bilhões para R$9,1 bilhões, mas, contudo, a participação da cultura no total de gastos apresentou variação negativa nas três esferas do governo. Os governos estaduais reduziram a participação da cultura de 0,42% para 0,28% ao longo desses sete anos. Minas Gerais, ao contrário da tendência nacional, aumentou esse percentual de 5,3% para 5,8%.

Os dados divulgados no portal do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (MRS), desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, revelam a desigualdade no estado no que se refere à organização e gestão da cultura. Os dados demonstram que, com relação à presença de órgão gestor de cultura, ainda existem municípios que sequer possuem estrutura para tanto, enquanto a maioria possui secretaria em conjunto com outras políticas setoriais, não dispondo de secretaria exclusiva. Referente à participação, o MRS revela que em quase metade (43%) dos municípios não há conselho municipal de cultura, um aparato fundamental à democratização da tomada de decisões sobre as políticas públicas destinadas a esse segmento. No boletim anterior, mencionamos que a maior parte dos municípios brasileiros não possui fundo de recursos para a cultura. Em Minas Gerais, o mapa 3 aponta os municípios que ainda não dispõem do recurso (29,7% do total). Logo, pode-se concluir que a desigualdade de recursos administrativos burocráticos como a presença de órgão gestor de cultura, a existência de conselho municipal de cultura e o fundo

municipal de cultura, culminam na dificuldade em se desenhar e implementar uma política pública cultural.

Sob essa perspectiva, a existência de equipamentos culturais nos municípios também configura um ponto de atenção, pois são bens importantes para promoção do acesso às atividades culturais. Em Minas Gerais, segundo aponta o gráfico 2, quase 35% da população não tem acesso a equipamentos culturais como museus, teatros e cinemas em seus municípios de residência.

Gráfico 2 - Porcentagem de Pessoas Residentes em Municípios com o Equipamento Cultural, Brasil e Minas Gerais, 2018



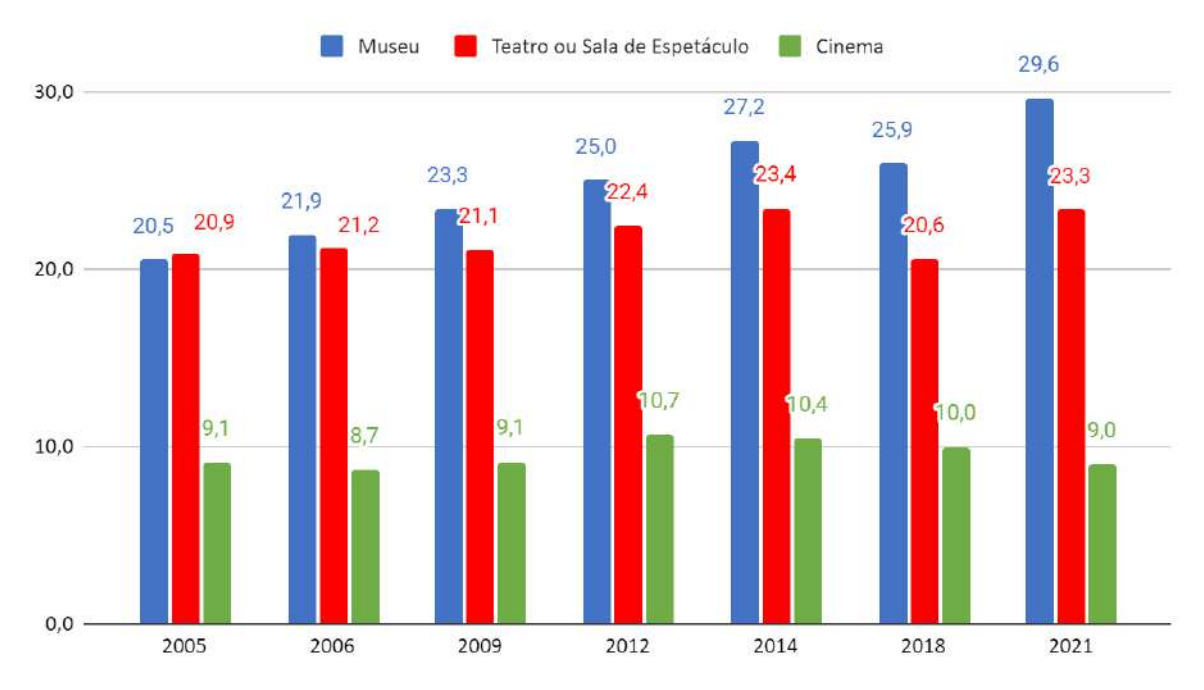
Fonte: SIIC 2018, IBGE

No que tange a evolução do acesso aos bens culturais é possível observar progressos e permanências. Ao analisar a porcentagem de municípios que dispõe de determinados equipamentos culturais, como aponta o gráfico 3, é perceptível a permanência no índice de localidades que possuem cinemas, uma vez que de 2005 para 2021 a porcentagem de municípios que possuíam o equipamento cultural permaneceu na casa dos 9%. Já no que tange os museus e os teatros é possível constatar um aumento de 8,7% e 2,4%.

Outra análise que pode ser feita, tange a concentração dos pontos culturais em determinadas áreas de Belo Horizonte. Nesse sentido, é perceptível a concentração desses elementos em regiões que concentram maior renda e riqueza.

Com isso, de acordo com o Mapa Cultura BH, a regional Centro-sul possui 487 equipamentos de cultura, enquanto a regional do Barreiro possui 24 e a região de Venda Nova, 54.

Gráfico 3 - Porcentagem de Pessoas Municípios com o Equipamento Cultural, Brasil 2021

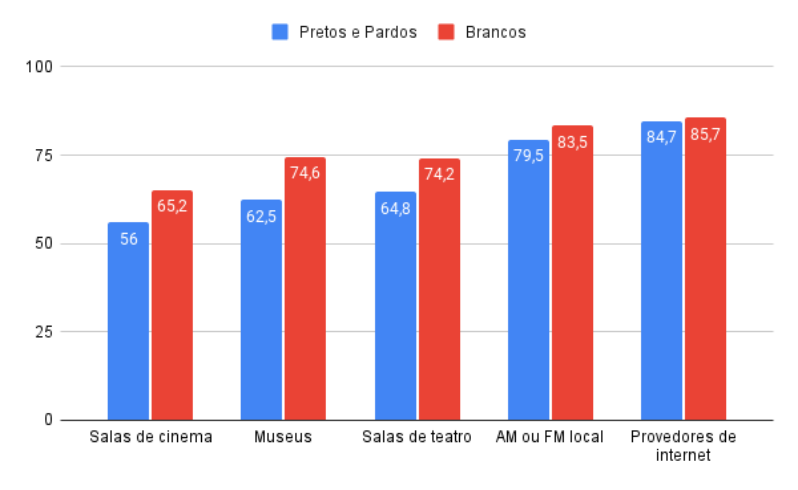


Fonte: SIIC 2018, IBGE

Ademais, pode-se observar outros tipos de barreiras ao acesso à cultura no que tange os equipamentos de cultura. Através do cruzamento das bases de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua para o ano de 2018, o IBGE lançou relatório que indica que 32,2% da população do país morava em municípios sem museus, 30,9% sem salas de teatro, 39% sem cinema, 18,8% sem rádio AM ou FM local e 14,8% sem provedor de internet no ano de 2018. Para esse último dado, a desvantagem é ainda maior para grupos vulneráveis: considerando apenas a população preta ou parda o número sobe para 15,3% e sem instrução ou fundamental completo, 17,7%. Os gráficos X e X demonstram a desigualdade de acesso a equipamentos culturais entre pretos ou pardos e brancos e entre os graus de instrução. Dentro dessa proporção

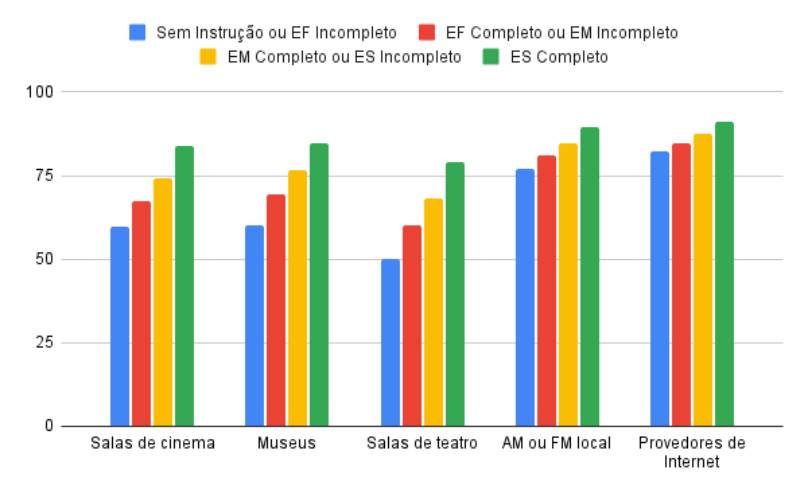
crianças e adolescentes sofreram maior privação potencial desses equipamentos, a pesquisa aponta que 34% deles tiveram menor acesso a museus e casas culturais.

Gráfico 4 - Porcentagem de Pessoas Residentes em Municípios com o Equipamento de Cultura, por cor ou raça, Brasil, 2018



Fonte: IBGE, com dados da MUNIC e PNAD Contínua, 2018

Gráfico 5 - Porcentagem de Pessoas Residentes em Municípios com o Equipamento de Cultura, por grau de instrução, Brasil, 2018

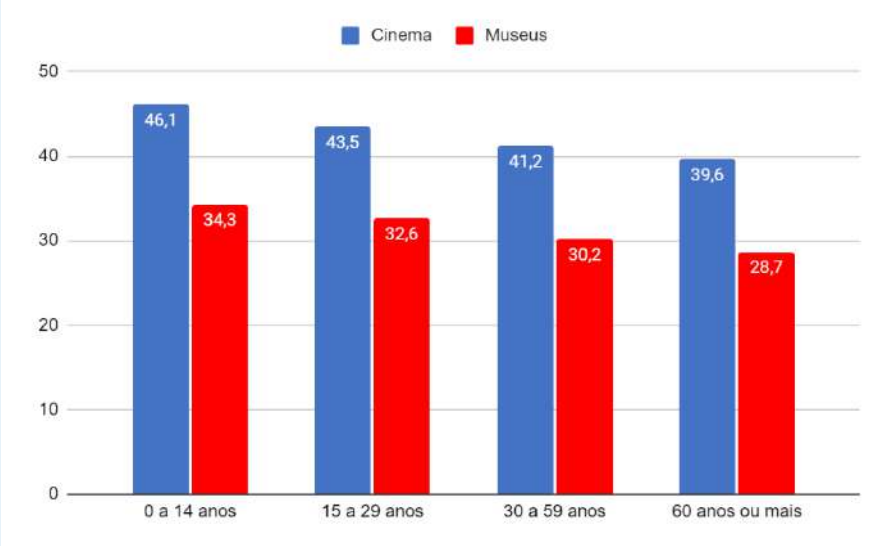


Fonte: IBGE, com dados da MUNIC e PNAD Contínua, 2018

No que tange às juventudes e o acesso aos equipamentos culturais é possível identificar que quanto mais jovem uma pessoa, maior a probabilidade dela morar em município que não dispõe de equipamentos culturais. No caso dos cinemas e dos museus foi observado através da pesquisa SIIC do IGEB (2021) que 46,1% dos indivíduos entre 0 e 14 anos do país residem em municípios que não dispõe de salas

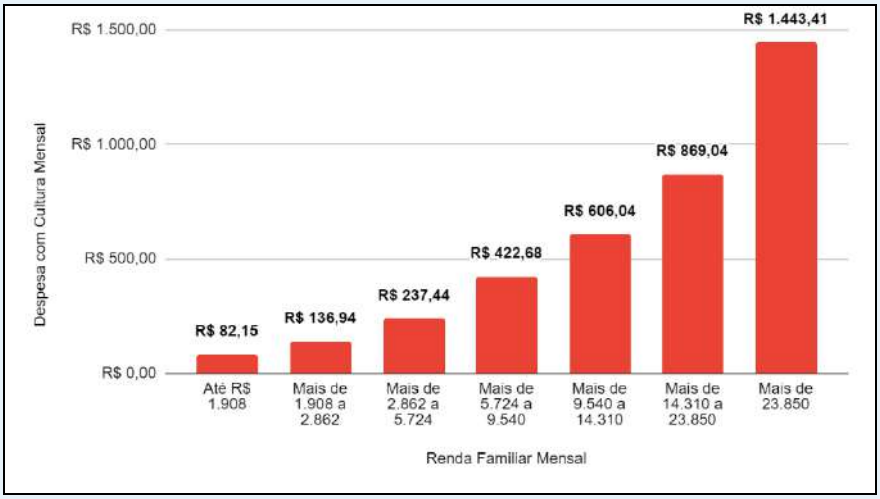
de cinema e 34,3% vivem em localidades sem museus. Nesse sentido, ao comparar tais valores com relação a pessoas de 30 a 59 anos ou mais de 60 é perceptível uma significante disparidade, posto que 39,6% dos indivíduos de 60 anos ou mais vivem em municípios sem cinema e 28,7% vivem em municípios sem museus.

Gráfico 6 - Porcentagem de Pessoas Residentes em Municípios sem o Equipamento de Cultura, por faixa etária, Brasil, 2021



Fonte: SIIC 2021, IBGE

Gráfico 7 - Despesa familiar mensal com cultura (R$), por classe de rendimento mensal, Brasil, 2018



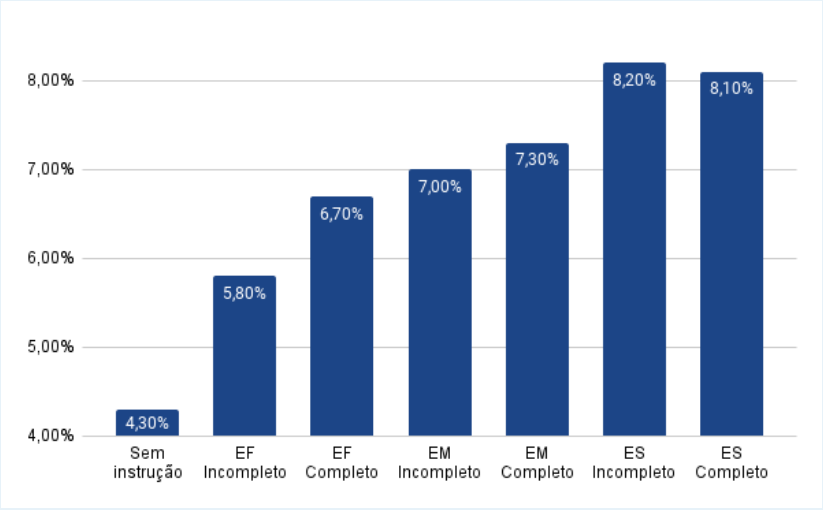
Fonte: SIIC 2021, IBGE

As desigualdades também se manifestam através dos dados coletados referentes ao gasto médio mensal familiar com atividades culturais. As famílias com

rendimento de até R$1.908,00 comprometem somente 5,9% dos gastos totais com atividades culturais, abaixo da média nacional. Já famílias com renda superior a R$23.850,00 destinam, em média, 7.9% do seu orçamento total a essas atividades. A diferença é ainda maior, em relação ao percentual, quando comparamos os dados por grau de instrução. Os gráficos X e X apresentam esses valores, corroborando o argumento de que famílias com menores rendas e menor escolaridade frequentam menos atividades culturais pagas.

Diante disso, pode-se concluir que o acesso a equipamentos culturais no país não ocorre de forma homogênea. As disparidades na alocação de recursos, a escassez de infraestrutura cultural em muitos municípios e a ausência de políticas efetivas de gestão resultam em um cenário em que o exercício da cidadania cultural é direcionado a uma classe específica. Sob essa perspectiva, diversas desigualdades presentes na sociedade brasileira se entrelaçam, gerando a exclusão de uma significativa parcela da população negra, jovem e de baixa renda do acesso aos bens culturais disponíveis. Assim, em vez de se configurar como um poderoso instrumento de combate às desigualdades, a cultura acaba por reproduzir as estruturas sociais preexistentes.

Gráfico 8 - Percentual de despesa familiar mensal com cultura (%), por nível de instrução, Brasil, 2018



Fonte: SIIC 2021, IBGE

4. Culturas juvenis e educação: a cultura na construção da identidade

A partir da exposição de dados realizada na seção anterior, fica evidente que existem desigualdades regionais, por renda, por raça/cor e por nível de escolaridade em diferentes dimensões do acesso à cultura. Mas o que isso significa para as juventudes? Em outras palavras, o que representa o direito à cultura para esse segmento da população? Qual a realidade do direito à fruição, à produção, à participação e à informação cultural para as juventudes mineiras? Para começar a responder a estas e outras perguntas, é imprescindível que façamos algumas considerações conceituais sobre essa categoria, que carrega em si a diversidade de experiências e de maneiras de estar no mundo.

Retomando o primeiro boletim que faz parte deste projeto, compete-nos reafirmar que a noção de juventude varia segundo critérios históricos, econômicos e culturais. Para além da definição etária, que abrange o período dos 15 aos 29 anos de idade, a categoria está ligada à transição geracional da infância para a fase adulta e, consequentemente, a certos acontecimentos que constituem marcos nesse intervalo, como por exemplo a conclusão dos estudos no sistema escolar, a inserção no mercado de trabalho e a conquista da independência econômica. Esses marcos, em conjunto com outros processos característicos da etapa, são influenciados pela desigualdade social que determina o acesso a diversos direitos que, em tese, são garantidos a todos por meio de nossas normas jurídicas. A (im)possibilidade de acesso a esses direitos, por sua vez, impacta no processo de construção do meio social que acompanhará os jovens ao longo da vida adulta.

> Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, 2003)

O autor, que é considerado uma importante referência mineira no estudo de juventudes, escreve sobre a diversidade de possibilidades da condição juvenil a partir das desigualdades sociais vividas, e utiliza duas figuras entrevistadas ao longo de sua pesquisa sobre jovens ligados às vivências culturais do hip-hop e do funk em Belo Horizonte para ilustrar algumas características dessa condição, traçando um paralelo com o significado da cultura na formação de identidades. Segundo o autor, as duas figuras entrevistadas (João, um jovem rapper, e Flavinho, um funkeiro) têm suas vidas atravessadas pelas experiências próprias do meio cultural do rap e do funk, nos locais onde convivem e constroem redes de sociabilidade, interpretam o mundo, a si mesmo e a sociedade, produzindo linguagens e significados. Ao mesmo tempo, marcadores sociais como gênero, raça, renda e baixa escolaridade contribuem para determinar os lugares que eles ocupam na estrutura social da qual fazem parte. Para João e Flavinho, argumenta o autor, a inserção em seus respectivos meios culturais configura um espaço onde é possível ganhar a vida, conquistando autonomia financeira, mas também ressignificar as lógicas da desigualdade, do trabalho subalterno, da violência e do espaço público, acessando outros espaços da cidade e construindo redes de apoio.

Para além da importância que a cultura exerce na formação de identidades e de projetos de vida para os jovens, a relação entre cultura e juventudes também ocorre na direção oposta: jovens são grandes consumidores de bens culturais, e também desempenham a função de criação e produção cultural em seus territórios. A pesquisa Cultura nas Capitais (Leiva; Meirelles, 2018) nos mostra que o maior interesse em atividades culturais se encontra na juventude. Essa faixa etária, conforme apontam, têm maior capacidade de circular nos territórios da cidade e também de romper as barreiras socioeconômicas. Entretanto, o grupo mais jovem de 12 a 15 anos é o mais dependente de atividades gratuitas, como aponta o gráfico 9.

Gráfico 9 - Tipo de atividades culturais frequentadas, por faixa etária, 2018

Fonte: Cultura nas Capitais

Sob essa ótica, as barreiras de renda e de classe social, constituem um grande impeditivo para acesso às atividades culturais pagas. Em um país onde o rendimento domiciliar per capita de 50% da população é inferior a R$900 (IBGE, 2022), essa é uma variável importante. Essa mesma pesquisa mostra que a maior parte das pessoas frequentam as atividades culturais gratuitas, a despeito das atividades pagas, sendo que pelo menos ¼ dos jovens brasileiros só frequentam atividades culturais gratuitas. No levantamento de dados realizado por Brenner, Dayrell e Carrano (2005) sobre o uso do tempo livre entre as juventudes, os autores constataram que há uma demanda reprimida entre os jovens em relação à fruição da cultura, que está intrinsecamente ligada a questões monetárias.

> Na comparação com o que é efetivamente realizado pelos jovens em fins de semana e durante a semana, há uma demanda reprimida em relação às atividades culturais, ou seja, em média, 4,5% dos jovens realizam atividades culturais enquanto o desejo de praticá-las é citado por 40% dos entrevistados. (DAYRELL, 2005, p. 202)

Como reflexo disso, observou-se que quanto menor a renda, menor a porcentagem de indivíduos que frequentou ou praticou determinadas atividades culturais nos últimos 12 meses. Nesse sentido, 84% das pessoas que integram a classe A leram livros, enquanto esse número cai para 50% entre aqueles das classes D/E. Essa

disparidade é especialmente evidente em visitas a museus e teatros. No caso dos museus, apenas 12% da população que se enquadra na classe D/E havia visitado um, em comparação com 62% daqueles que pertencem à classe A. No que diz respeito ao teatro, a diferença de participação chega a 48%. Ao analisar a escolaridade dos entrevistados, a mesma diferença pode ser analisada, isso é quanto menor a escolaridade menor a prática cultural.

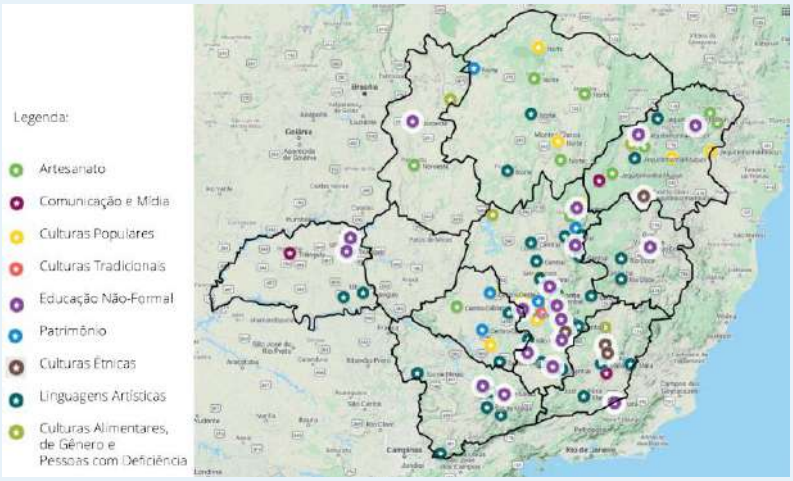
Com isso, pode-se inferir, que para praticar determinadas atividades culturais é necessário ter um determinado tipo de renda e um perfil social. Nesse contexto, é possível retomar o conceito de capital cultural, desenvolvido por Bourdieu, uma vez que os mecanismos culturais como museus, teatros e livros são acessados apenas por uma determinada classe detentora de renda e status social, eles se transformam em elementos de poder simbólico em uma sociedade. Com isso, surge a hierarquização de determinadas manifestações culturais, lidas como eruditas em detrimento de outras, vistas como populares. Logo, a cultura deixa de ser um mecanismo para o desenvolvimento da subjetividade e passa a ser um *locus* de poder.

Sob essa ótica, na impossibilidade de acessar espaços culturais pagos, ou que fazem parte do *habitus* de classes dominantes, os programas governamentais de apoio à cultura e demais projetos sociais são uma alternativa gratuita para fruição cultural de jovens. As questões que transpõem a condição juvenil passam a ser consideradas problemas de ordem política a partir da década de 90, como já posto, mas só a partir dos anos 2000 é que organizações do terceiro setor começam a apoiar projetos culturais como forma de garantir a sociabilidade de juventudes e propiciar a inclusão social desse segmento (Vilutis, 2009). A visão defendida por tais iniciativas comunicavam a importância do setor cultural para o desenvolvimento de jovens e redução das desigualdades no interior da categoria, possibilitando acesso a outros direitos pleiteados por grupos juvenis marginalizados. Sposito (2007) esclarece que há uma mudança de percepção sobre as juventudes que, antes vista como um problema social a ser resolvido, passa a ser percebida como agente da transformação social.

> Dentre as múltiplas dimensões que compõem a vida juvenil, destacamos a cultura como campo fundamental para a formação de valores, para a atuação coletiva e o desenvolvimento da relação com o espaço público. (...) Partimos do pressuposto de que a cultura é um dos principais aspectos que constitui a singularidade da condição juvenil, e a cidadania cultural é a expressão do direito que emerge da prática cultural na sua integralidade. (VILUTIS, 2009)

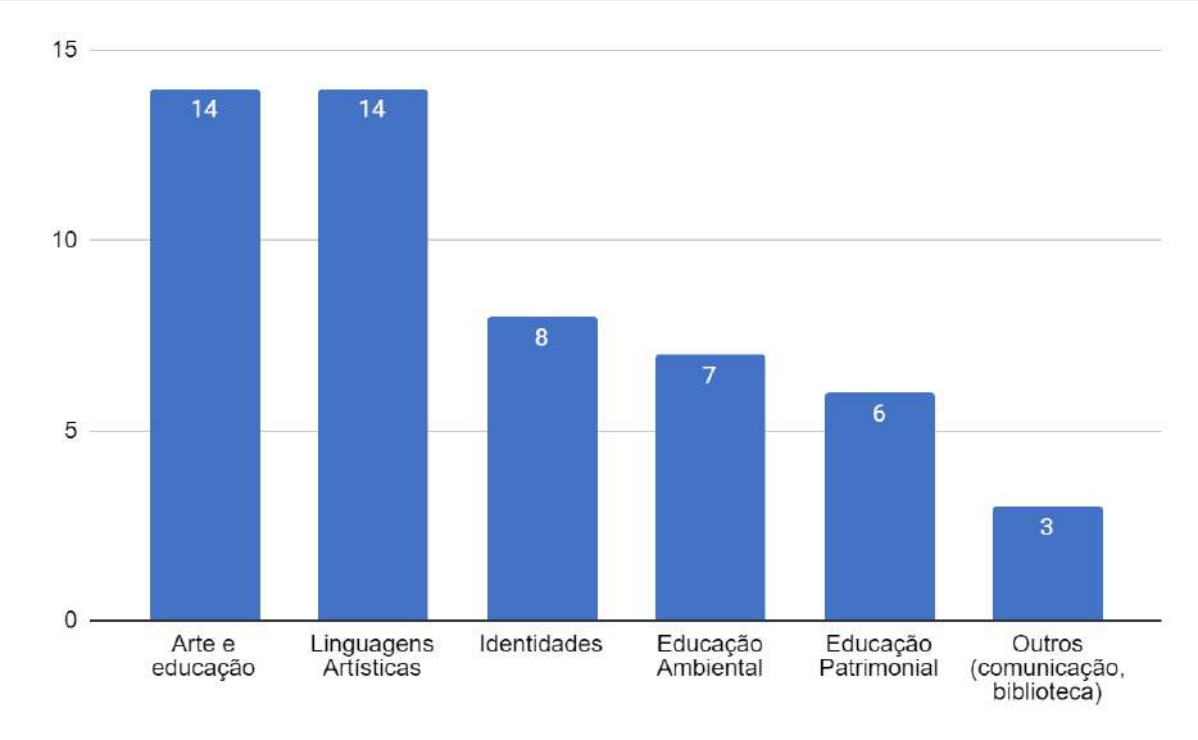
Em pesquisa que analisa a formação de jovens nos pontos de cultura a partir do projeto Agente da Cultura, que integra o programa Cultura Viva, a autora destaca o caráter relacional intrínseco e de influência mútua entre os campos da cultura e da educação, salientando a função formativa dos espaços onde há vivências e práticas culturais. A escola, por sua vez, conforme aponta Dayrell (2003), é a única instituição pública que propicia o acesso a bens e equipamentos culturais para muitos jovens mineiros oriundos de contextos periféricos. No estado de Minas Gerais, o relatório diagnóstico publicado em 2021 pela Rede Mineira de Pontos de Cultura aponta que cerca de 31,8% dos pontos de cultura mapeados no estado contemplam diversas áreas em sua natureza institucional para além da cultura, como educação, meio-ambiente e direitos humanos, revelando o caráter multidisciplinar dessas entidades. A relação entre cultura e educação aparece com bastante expressividade no relatório, conforme apontam o mapa e os gráficos a seguir.

Gráfico 10 - Atuação principal dos Pontos de Cultura, Minas Gerais, 2021



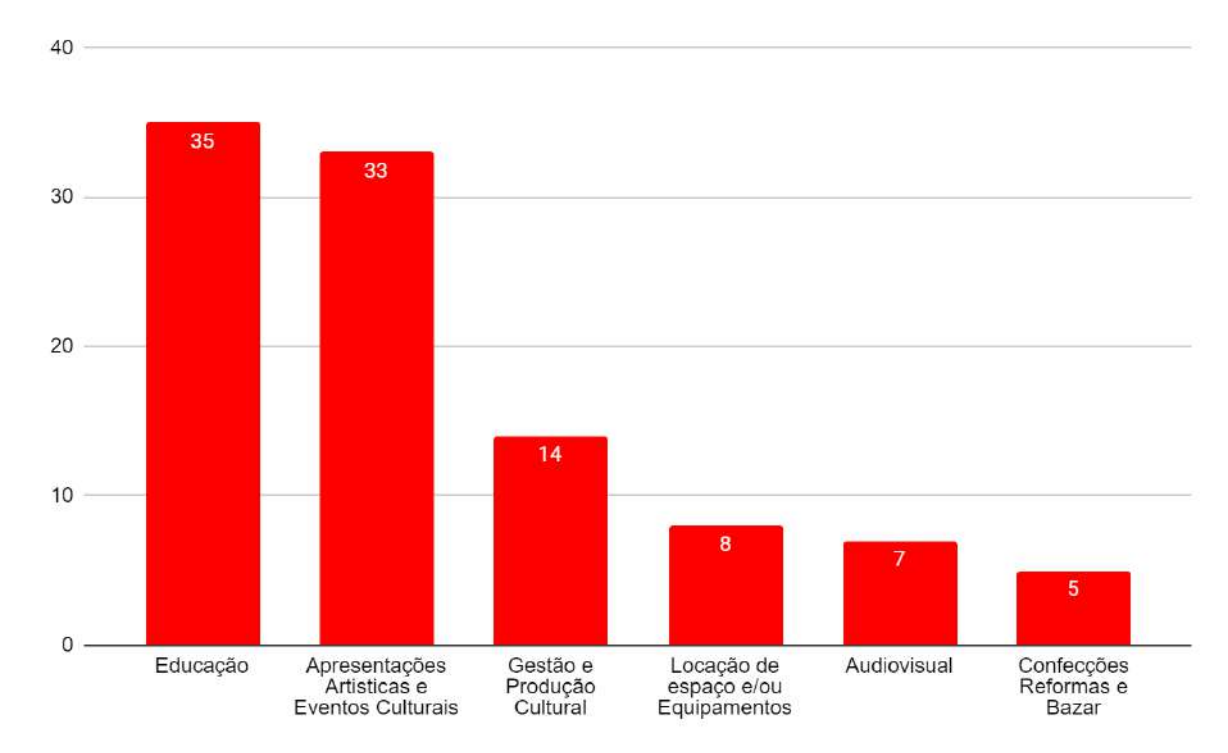
Fonte: Rede Mineira dos Pontos de Cultura, 2021

Gráfico 11 - Ofertas de serviços dos Pontos de Cultura, Minas Gerais, 2021



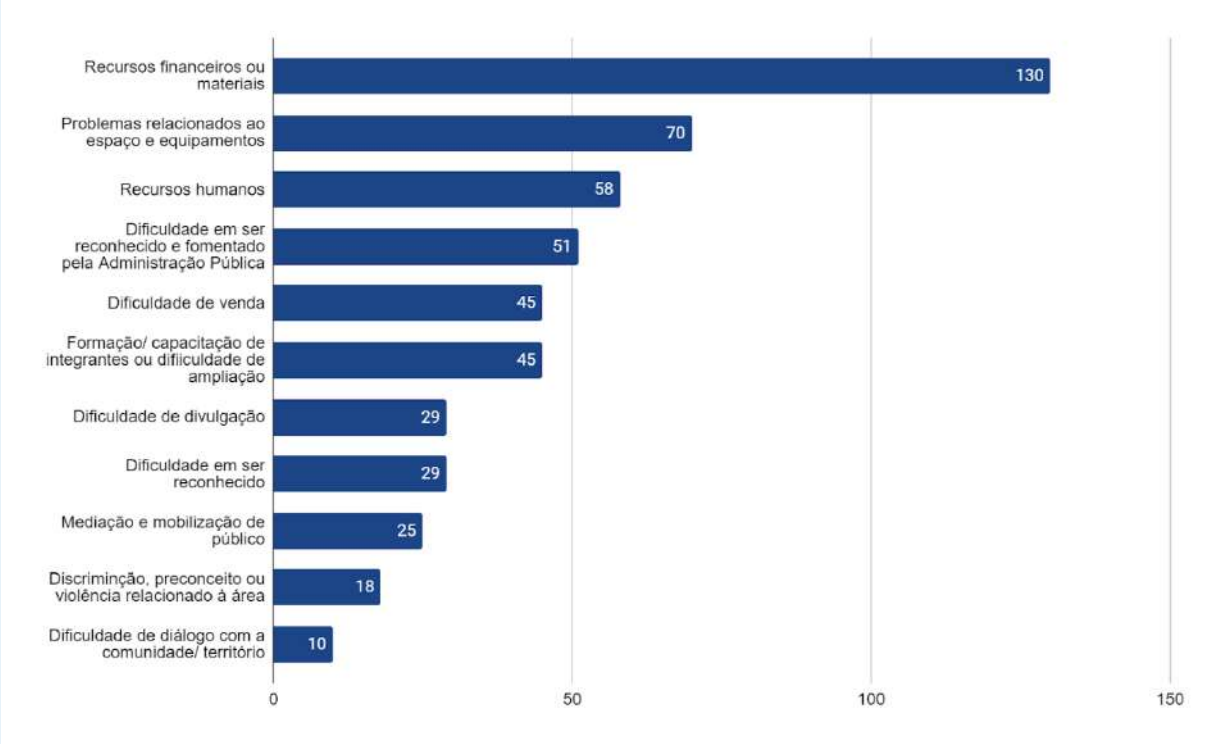
Fonte: Rede Mineira dos Pontos de Cultura, 2021

Gráfico 12 - Principais desafios enfrentados atualmente pelos Pontos de Cultura, Minas Gerais, 2021



Fonte: Rede Mineira dos Pontos de Cultura, 2021

Gráfico 13 - Atuação principal dos Pontos de Cultura, Minas Gerais, 2021



Fonte: Rede Mineira dos Pontos de Cultura, 2021

No gráfico 10, é possível visualizar a grande abrangência da categoria de atuação denominada de educação não-formal em todo o estado. Presente em praticamente todas as regiões de Minas Gerais, os pontos de cultura mapeados declaram realizar, como atividade principal, práticas de ensino relacionadas aos movimentos culturais locais. Fica evidente a relevância dos pontos de cultura, não somente enquanto espaços culturais que prestam serviços à comunidade, mas como instituições capazes de propiciar formações diversas aos jovens que a acessam. Dentre as práticas de educação citadas (gráfico 11) estão arte e educação, linguagens artísticas, educação patrimonial e até formação de consciência crítica sobre identidades, elemento fundamental para a constituição de jovens enquanto sujeitos políticos e cidadãos. Já no gráfico 12, nota-se que a educação aparece como o principal serviço ofertado pelos pontos de cultura no estado. Outro ponto destacado pelo relatório, que atesta a importância da gestão estadual de cultura, é a predominância de pontos de cultura contemplados pelos programas estaduais, e a baixa adesão aos programas federais ou municipais. Os motivos elencados pelos

autores consistem na descontinuidade da Política Nacional de Cultura Viva, bem como o esforço de descentralização desses incentivos. Cabe ressaltar, no entanto, que os programas estaduais existentes não dão conta de suprir as necessidades de recursos para garantir a sobrevivência dos pontos de cultura mapeados (gráfico 10), colocando em risco a continuidade de entidades indispensáveis para a promoção do acesso à cultura para jovens mineiros.

5. Arte, trabalho e autonomia: a cultura como profissão

No tópico anterior apresentamos dados que revelam a desigualdade de acesso aos equipamentos culturais e aos recursos públicos de incentivo à cultura pela juventude em Minas Gerais. Voltamo-nos agora para a questão do trabalho ligado à cultura que, quando exercido pela juventude, possui também a função de conquista da autonomia financeira de jovens, além de se apresentar como uma possibilidade de subverter a lógica do trabalho subalterno, aos quais são submetidos os jovens negros e de baixa renda.

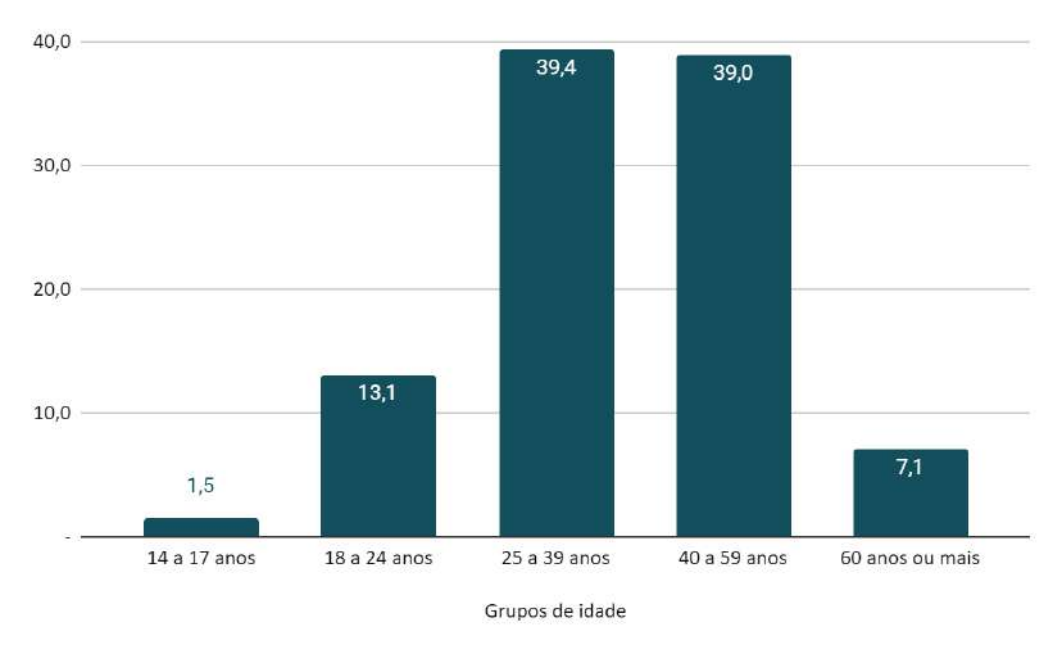
Sob essa ótica, a economia criativa, oferece um ambiente favorável para a profissionalização dos jovens artistas, promovendo a geração de renda, o desenvolvimento de habilidades, o fortalecimento de redes, o acesso a financiamento e a valorização da cultura, além de possibilitar a transformação social. Entretanto, diversos empecilhos para a consecução desses objetivos são visíveis na realidade brasileira, como a falta de financiamento, as desigualdades de gênero e raça e a precarização.

De acordo com os indicadores do IBGE, em 2022 a Economia da Cultura e das Indústrias Criativas foi responsável por empregar 5,4 milhões de pessoas no país, o que representa 5,6% da população economicamente ativa. Nessa perspectiva, tal produção refere-se ao conjunto de atividades econômicas que produzem bens e serviços por meio da criatividade, cultura e patrimônio. Assim abrangendo diversas áreas, incluindo: artes, audiovisual, design, publicidade e marketing e tecnologia.

Ao olharmos sobre o perfil do grupo, é possível perceber que a minoria é jovem, como apontado no gráfico 14, apenas 13,1% estão na faixa-etária de 18 a 24 anos. No que tange o rendimento médio real, o grupo recebeu R$2815 como salário, sendo observado uma disparidade de gênero, posto que mulheres receberam R$2.510 e homens, R$3.087, uma diferença de cerca de 23%. Sobre o tipo de vínculo empregatício, 43,2% dos trabalhadores são autônomos, o que em muitos casos

representa maior grau de informalidade do ramo da cultura são trabalhadores informais

Gráfico 14 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, no setor cultural



Fonte: SIIC 2021, IBGE

Sob a ótica de posição na ocupação, o trabalhador por conta própria é a principal categoria de ocupados no setor cultural. Em 2022, o percentual desse grupo foi de 42,1%, seguido dos empregados do setor privado com carteira (35,9%) e sem carteira (14,4%). Em todos os setores, nesse mesmo ano, o grupo com o maior número de ocupados foi o de empregados do setor privado com carteira (36,7%), seguido do trabalhador por conta própria (26,1%) e empregados do setor privado sem carteira (13,0%).

Assim, a informalidade no setor cultural é um dos principais empecilhos para o desenvolvimento de profissionais da cultura e o fortalecimento do setor. Nesse sentido, baixos salários, falta de contratos formais, jornadas de trabalho longas estão presentes nesse contexto, como mostrou o estudo da USP "Economia criativa na relação entre trabalho e cultura para a juventude". Com isso, o texto revelou que diversos jovens optam por jornadas duplas de trabalho combinando suas funções no

setor artístico com outras atividades. Logo, o que se observa nesse contexto é um crescimento da insegurança material por parte desses trabalhadores que por possuírem vínculos instáveis não tem certezas sobre suas remunerações.

> As experiências dos jovens artistas nos levam a refletir sobre a necessidade de políticas culturais integradas, considerando como direito e sobre a própria condição de ser, estar e produzir. Diz também sobre as possibilidades de circulação, direito ao acesso e fruição ao que é produzido, e sua própria produção e participação na construção, elaboração e implementação das políticas.

Outro fator relevante observado pelo estudo foi a desigualdade de gênero observada em algumas manifestações culturais como o hip hop. Nesse sentido, a vivência e os direitos de jovens mulheres, ao se expressarem artisticamente são feridos.

> A questão de gênero também foi mencionada pela jovem participante como um ponto fundamental de reflexão, pois interferiu em todo processo de trabalho dificultando o desenvolvimento no Movimento Hip Hop, onde ainda predomina uma cultura machista que exclui, intimida, silencia e desacredita as mulheres que o compõem, reproduzindo ações do sistema opressor contra as quais tanto lutam por desconstruir.

Diante disso, as condições de trabalho da juventude que trabalha no setor cultural resultam em sua menor presença neste grupo. Assim, fatores relacionados à precarização e flexibilização do trabalho, à falta de políticas culturais inclusivas e à predominância de estruturas de poder que marginalizam suas vozes e expressões são fatores que devem ser levados em consideração. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da autonomia por parte da juventude, através do trabalho no setor artístico.

6. Considerações finais

É por meio do diálogo intercultural sobre dignidade humana que podemos, segundo Boaventura de Souza Santos (2003), construir uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção híbrida que se organiza como uma constelação de sentidos. Seguindo esse raciocínio, o que nos oferece elementos para compreender o fundamento da igualdade em dignidade do homem é o diálogo intercultural e a consciência da incompletude cultural, proveniente da pluralidade e diversidade culturais.

Sob essa perspectiva, é fundamental que o Estado reveja suas políticas públicas culturais de modo a promover a autonomia e o reconhecimento das narrativas da juventude. Com isso, através das análises desenvolvidas no boletim pode-se concluir que o acesso, à produção e o consumo de bens culturais na sociedade brasileira reforçam preconceitos e hierarquias já consolidadas no país. Ademais, é visível a influência do fator capital na valorização ou desvalorização de uma determinada manifestação artística.

Diante disso, é fundamental a criação de políticas públicas culturais que levem em consideração as singularidades dos segmentos da população excluídos do processo. Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar o contexto das juventudes brasileiras de maneira a abarcar suas necessidades e vontades no que tange o acesso, o consumo e produção de bens culturais.

7. Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. De quoi parle-t-on quando on parle du "problème de la jeunesse"? In: PROUST, François (Org.). Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes. Vaucresson: CRIV, 1986. p. 229-234.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.

CHAUI, Marilena. Cidadania Cultural. São Paulo: EFPA, 2006.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

DIAS, Cleber; MACHADO, Ana Flávia; HOSKEN, Vinicius Morais Silveira. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. Nova Economia, v. 29, p. 1195-1220, 2020.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Informações e Indicadores Culturais. IBGE, 2021.

SILVA, C. R. et al. Economia criativa na relação entre trabalho e cultura para a juventude. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 29, n. 2, p. 120-128, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

VAL, Ana Paula do; VILUTIS, Luana; FREITAS, Richardson; ROCHA, Taís. Mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. Disponível em: https://pontosdeculturamg.org.br/storage/attachments/9w376kJz0cdKZr6hzHh5Un4FoO62ZSy8OjZpiGP6.pdf.

VILUTIS, Luana. Cultura e juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Dissertações, 2009.

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Sociais Sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente boletim.